

**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Com a palavra, o segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para fazer a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente em exercício. Bom dia, senhores deputados, deputadas, público aqui presente e todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. *“Ata da Décima Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e cinquenta e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Dez da Nona Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: e-mail Transferegov; Ofício nº 56/2026, da Agência Nacional de Telecomunicações; Ofício nº 5/2026, do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul – Comarca de Anastácio; Ofício nº 170/2026, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 55.052, 55.055, 55.058, 55.061, 55.064, 55.110, 55.330, 55.333, 55.336, 55.339, 55.342, 55.345, 55.348, 55.351, 55.354, 55.357, 55.452, 55.482 e 55.501/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 12.766/2026, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 8, 106, 178, 180 e 181/2026, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Caravina, Roberto Hashioka, Paulo Corrêa, Zeca do PT, Antonio Vaz, Junior Mochi, Professor Rinaldo, Gleice Jane, Paulo Duarte e Lucas de Lima. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Renato Câmara, Jamilson Name, Lia Nogueira, Marcio Fernandes, Zé Teixeira, João Henrique e Neno Razuk. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra o deputado João Henrique. ORDEM DO DIA – Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 229/2025, de autoria da deputada Lia Nogueira. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 271/2024, de autoria da deputada Gleice Jane. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos familiares de Antônio Felipe de Oliveira e João Barbosa de Lima; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçada aos familiares de José Eduardo da Silva; requerimento de moção de protesto, de autoria da deputada Gleice Jane, diante da continuidade e agravamento da violência contra as mulheres no estado, que culminou no feminicídio de Beatriz Benevides da Silva, de dezoito anos, ocorrido na madrugada de 25 de*

fevereiro de 2026, no município de Três Lagoas; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao cabo PM Adayde Rodrigues Maciel, integrante do 3º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, pelo relevante ato de bravura, prontidão e comprometimento com a preservação da vida; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada aos policiais militares da 5ª Companhia Independente de Polícia Militar – 5ª CIPM; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada ao senhor Edmar Soares da Silva, pela sua eleição e conquista da presidência da Associação e Centro Social de Policiais Militares e Bombeiros Militares de Mato Grosso do Sul (ACS); requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçada à Comunidade Cristã Aliançados; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada à Letícia Couto Garcia; requerimento de autoria do deputado Pedro Kemp, solicitando a disponibilização do Plenário Júlio Maia para realizar audiência pública no dia 11 de março de 2026 com o tema: "Fraternidade e Moradia"; requerimento de informações, de autoria dos deputados Zeca do PT, Lidio Lopes e Pedro Kemp; indicações, de autoria dos deputados Mara Caseiro, Renato Câmara, Lidio Lopes, Coronel David, Marcio Fernandes, Zé Teixeira, Professor Rinaldo, Pedro Kemp e Paulo Duarte.
EXPLICAÇÕES PESSOAIS – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, três de março do ano de dois mil e vinte e seis". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para fazer a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores e senhoras deputadas. Expediente da Sessão Ordinária de 4 de março de 2026: Ofício nº 0035/2026, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Pedro Kemp e Zeca do PT (Prot. nº 2621, 2643/2025); Ofícios nºs 55.361, 55.365, 55.368, 55.371, 55.374, 55.377, 55.386, 55.397, 55.402, 55.421, 55.426, 55.435, 55.439, 55.442, 55.445, 55.448, 55.455, 55.458, 55.461, 55.464, 55.467, 55.470, 55.476, 55.485, e 55.560/2026, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações e aos requerimentos dos deputados Mara Caseiro, Caravina, Lidio Lopes, Lia Nogueira, Zé Teixeira, Paulo Corrêa, Marcio Fernandes, Jamilson Name, Junior Mochi, Renato Câmara, Professor Rinaldo e Pedro Kemp. Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Cumprimento e agradeço a presença do vereador Lindomar, do município de Itaporã. Obrigado pela presença! Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar um projeto de lei. "Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação das informações relativas às emendas parlamentares no âmbito da Administração Pública Estadual e dá outras providências". Artigo 1º - Esta lei estabelece normas sobre a transparência e a publicidade das informações relativas às emendas parlamentares, no

âmbito da Administração Pública Estadual direta e indireta. Artigo 2º - A divulgação das emendas parlamentares de que trata esta lei deverá contemplar: I - a identificação do parlamentar estadual autor da emenda; II - o número da emenda e o exercício financeiro a que se refere; III - o valor autorizado, o empenhado, o liquidado e o pago; IV - o órgão da Administração Pública Estadual ou a Organização da Sociedade Civil responsável pela execução; V - o objeto da emenda, com descrição suficiente da finalidade pública; VI - o município ou região beneficiada, quando houver; VII - a situação da execução física e financeira; VIII - as alterações ocorridas durante a execução, inclusive remanejamento, contingenciamento, cancelamento ou reprogramação, acompanhadas das respectivas justificativas. Artigo 3º - As informações deverão ser disponibilizadas em meio eletrônico de acesso público, preferencialmente em seção específica integrada ao Portal da Transparência do Estado. Seguem os demais artigos. Na justificativa, nós estamos afirmando que as emendas parlamentares são resultantes do orçamento público, constituem uma estratégia importante para levar recursos a municípios de nosso estado e, quando corretamente aplicadas, contribuem para o fortalecimento e a efetivação de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, cultura, lazer, turismo, produção da agricultura familiar, entre outras. Sendo, portanto, oriunda do orçamento público, a destinação desses recursos deve ter seus resultados de fácil acompanhamento pela população. É nesse contexto que se insere a presente proposta, que busca assegurar controle efetivo e publicidade na execução das emendas parlamentares. Vez ou outra nós assistimos, pela imprensa, denúncias de desvio de recursos das emendas parlamentares em âmbito federal e o mau uso dos recursos públicos destinados por meio dessas emendas. E nós apresentamos, portanto, este projeto de lei — embora no estado de Mato Grosso do Sul não haja nenhuma denúncia nesse sentido — justamente para garantir transparência na destinação dos recursos públicos provenientes das emendas parlamentares aos municípios e também às entidades sem fins lucrativos. Acredito que é uma forma de a população poder acompanhar e fiscalizar, já que se trata de utilização de recursos do orçamento público, sendo dever da administração pública garantir esse acesso às informações das emendas parlamentares. Também, senhor presidente, quero apresentar uma indicação deste poder ao senhor Eduardo Campos, prefeito municipal de Ponta Porã, com cópia ao senhor Daniel Lima Kayatt, secretário municipal de Saúde, solicitando a disponibilização de ambulância para atendimento vinte e quatro horas no distrito de Cabeceira do Apa, bem como a adoção de providências para garantir plantão permanente de motorista e equipe de suporte, inclusive aos finais de semana e feriados. Chegou ao nosso gabinete a preocupação enfrentada ali pelos moradores do distrito de Cabeceira do Apa, comunidade localizada a setenta e sete quilômetros de Ponta Porã. Atualmente, a ambulância disponível na localidade funciona apenas em horário comercial, inexistindo atendimento noturno e aos finais de semana e feriados. A comunidade também não conta com base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), o que faz com que, em caso de urgência e emergência, os moradores dependam de deslocamento longo até a cidade, situação que pode resultar em agravamento do quadro clínico e risco de vida. Por último, uma moção de pesar aos amigos e familiares de Celso Bejarano Júnior, em razão do seu falecimento ocorrido no dia 4 de março. Celso iniciou sua trajetória em veículos como o antigo Diário da Serra e, com talento, coragem e dedicação, construiu uma carreira sólida e respeitada. Foi

correspondente da Folha de São Paulo e repórter do UOL, levando o nome de Mato Grosso do Sul para todo o Brasil. Passou com brilhantismo pelo Jornal O Estado MS, pelo Correio do Estado, pela TV Guanandi, pelo jornal on-line O Jacaré e, mais recentemente, pelo Midiamax, onde permaneceu firme no propósito de investigar, informar e denunciar. Foi um repórter investigativo de fronteira, daqueles que enfrentam o perigo para escancarar o contrabando, o narcotráfico e a corrupção. Teve a honra de trabalhar ao lado de Rubens Valente e Hudson Correia, referências do mundo jornalístico, parcerias que atestam a qualidade, a seriedade e a relevância de seu trabalho. Enfrentou processos, sofreu ameaças, mas jamais recuou. Essa é a postura de quem compreende, em sua essência, o papel social do jornalismo: servir à verdade e à sociedade, mesmo diante dos riscos. Como membro da Comissão de Ética do Sindicato dos Jornalistas, zelou pela classe que tanto engrandeceu, defendendo princípios, fortalecendo a profissão e inspirando novas gerações. Neste momento de dor, esta Casa de Leis manifesta solidariedade aos familiares, amigos e colegas de profissão, desejando que encontrem conforto nas lembranças, no exemplo e na história que Celso Bejarano Júnior deixa como herança. Era o que eu tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Dendry Hernandez de Los Rios, gerente institucional do Conselho Regional de Farmácia e professor. Obrigado pela presença. Temos aqui também o Miguel Araújo Filho — Miguelzinho —, vereador de Itaporã. Seja bem-vindo aqui à Casa. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, quero apresentar algumas indicações. A primeira é para o secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Peres, solicitando obra de pavimentação asfáltica e drenagem na rua Gelcy Maria Teixeira Marcondes, no trecho compreendido entre a rua César Gomes de Matos e a rua Bolívia, no bairro Parque das Nações I - 1º Plano, no município de Dourados. Outra indicação é para os deputados estaduais e senadores do Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando, em caráter reiterativo, o direcionamento de recursos da União visando às obras de reforma estrutural, incluindo a substituição de brinquedos no parque, implantação de rede de internet de qualidade e aquisição de computadores para equipar a sala de tecnologia da Escola Municipal Rosalvo Rocha Rodrigues – Polo Extensão Maria Aparecida, localizada no distrito de Pana, no município de Nova Alvorada do Sul. Outra indicação é ao senhor prefeito de Dourados, Marçal Filho, solicitando a realização de estudo técnico visando à inclusão da rua Ponta Grossa no cronograma de pavimentação asfáltica no bairro Jardim Pelicano, no município de Dourados. E, por fim, a última indicação ao doutor Rodrigo Peres, com cópias ao prefeito municipal, senhor Marçal Filho, solicitando a manutenção da ponte localizada na aldeia indígena Jaguapiru — na estrada vicinal — a aproximadamente mil e seiscentos metros da rotatória da rua Caiuás, no Anel Viário Norte, logo após o Hospital da Missão Caiuá, no município de Dourados. É só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passo a presidência ao deputado Renato Câmara, para eu fazer a leitura de uma indicação.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Gerson Claro.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Senhor presidente, nobres colegas, quero fazer uma indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura, e também ao diretor da Agesul, senhor Rudi Fiorese, solicitando a construção de uma ponte de concreto sobre o rio Indaiazão, no distrito de Indaiá do Sul, município de Cassilândia. Essa solicitação vem da população, vem do distrito e dos vereadores. Essa ponte já foi objeto de debate e discussão desde a época do ex-governador Reinaldo Azambuja, dentro de um programa estadual de construção de pontes pela agência. Foi anunciada essa obra pelo ex-governador Reinaldo Azambuja, e está ainda em fase de projeto. Então, a gente solicita que ela seja priorizada, porque a comunidade está tendo dificuldade de trânsito, em uma região de produção. Era essa a nossa indicação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara – MDB) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, presidente, demais colegas, senhores e senhoras que prestigiam esta Sessão e todos os acadêmicos do curso de Direito da instituição Unigran aqui presentes. Sejam muito bem-vindos. Senhor presidente, eu tenho aqui três requerimentos. O primeiro deles, conforme prescreve o Regimento desta Casa, é para que seja concedido, nos termos da Resolução nº 18, de 27 de maio de 2008, o Diploma de Ilustre Visitante ao senhor Santiago Belacqua, renomado artista plástico. Ele é nascido em Portugal e estará em Campo Grande no mês de março de 2026 para participar da COP 15, ocasião em que visitará esta augusta Casa de Leis. Santiago Belacqua é um pintor contemporâneo, natural de Vila Nova de Famalicão, reconhecido pela sua dedicação exclusiva à arte sacra desde 2016. Destaca-se por retratar intensamente Jesus Cristo, tendo sido o primeiro artista português convidado a expor uma coleção completa no Vaticano. Senhor presidente, tenho outro requerimento de minha autoria, tendo como coautora a eminente deputada Mara Caseiro: encaminho à Mesa Diretora, nos termos do artigo 139 do Regimento Interno, o uso da tribuna na Sessão Ordinária do dia 26 de março do presente ano pelo senhor Santiago Belacqua. A presente solicitação alicerça-se na ilustre visita ao nosso estado do pintor contemporâneo português Santiago Belacqua, ocasião em que participará da COP 15 entre os dias 23 e 29 de março, para debater estratégias e medidas para ampliar e aprimorar a proteção às espécies migratórias. Mato Grosso do Sul foi escolhido para sediar a conferência, pela importância do Pantanal para muitas espécies migratórias. A maior área alagável do mundo serve de parada para descanso e alimentação a uma grande variedade de aves em trajetos médios ou longos de migração. Anexado ao presente requerimento, senhor presidente, está o ofício da Academia Feminina de Letras e Artes de Mato Grosso do Sul, da lavra de sua presidente, Delasníe Miranda Daspet de Souza. E, por último, encaminho também um requerimento

à Mesa Diretora, solicitando o espaço físico do saguão desta Casa de Leis para que esse eminente artista plástico venha fazer a demonstração de suas obras aqui, para que Mato Grosso do Sul tenha conhecimento. Apenas esses três requerimentos que encaminho à Mesa Diretora nesta manhã. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero registrar e agradecer a presença dos alunos do curso de Direito do Centro Universitário Unigran Capital, a convite do deputado Junior Mochi, bem como dos professores doutor Menssios Leoni de Araújo Eloy e João Paulo Alves, coordenador do curso de Direito da Unigran. Obrigado pela presença. Sejam bem-vindos à Casa da Democracia de Mato Grosso do Sul. Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Bom dia a todos. Sejam todos muito bem-vindos à Assembleia Legislativa. Senhor presidente, quero ler duas indicações. A primeira delas, indicando à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, bem como ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Rudi Fiorese, solicitando, em caráter de urgência, a realização de patrolamento, manutenção e sinalização da rodovia MS-455, no trecho que inicia na MS-258, em frente ao silo do Vicente, sentido Campo Grande, bem como a elaboração de estudos técnicos visando à futura pavimentação asfáltica de toda a extensão dessa referida via. Principalmente agora, em período de safra, essa localidade tem dificuldade para escoar a produção, causando prejuízo à produção e aos produtores rurais dessa região; por isso, faz-se necessária a manutenção e, já pensando no futuro, o estudo técnico para poder realizar a pavimentação asfáltica dessa região. Também, no mesmo sentido, encaminhamos ao governador e ao secretário uma solicitação de construção de uma ponte de concreto sobre o córrego Boa Vista, localizado na rodovia MS-455, no município de Rio Brilhante, em substituição à atual ponte de madeira existente no local. Esse é um importante pleito encaminhado pela Câmara Municipal de Rio Brilhante, por meio do Ofício nº 04/2026, também com cópia e requerimento do autor, vereador Paulo César Alves, conhecido como PC. Essa é uma demanda da comunidade, da Câmara de Vereadores e do vereador PC, que apresento aqui, estando documentada toda a justificativa que demonstra a necessidade da construção da referida ponte. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados e deputadas, a todos presentes a esta Sessão. Inicialmente, apresento uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Ednei Marcelo Miglioli, com cópia à prefeita municipal de Campo Grande, Adriane

Lopes, solicitando a execução de serviço de tapa-buracos em toda a extensão da rua Francisco Antônio de Souza e em toda a extensão da rua Jessé Soares Vieira, no bairro Vila Fernanda, em Campo Grande. Também quero apresentar, no dia de hoje, um projeto de lei. "Os estabelecimentos comerciais do Estado de Mato Grosso do Sul, que possuam estacionamentos equipados com câmeras de segurança, ficam obrigados a fornecer imagens ao consumidor que for vítima de crime. Artigo 1º – Ficam os estabelecimentos comerciais, com estacionamentos monitorados por câmeras de segurança, obrigados a fornecer imagens ao consumidor vítima de crime no interior do estacionamento, de estabelecimentos localizados no Estado de Mato Grosso do Sul. Parágrafo 1º – O consumidor deverá apresentar, no ato do requerimento das imagens, cópia do boletim de ocorrência dos fatos. Parágrafo 2º – O consumidor terá acesso somente às imagens do período de permanência no estacionamento do estabelecimento. Artigo 2º – O consumidor deverá utilizar as imagens em conformidade com a Constituição Federal, Código Civil, Código Penal e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sob pena de responsabilização. Artigo 3º – Esta lei tem como fundamento o inciso VIII do artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Artigo 4º – O descumprimento desta lei sujeita o estabelecimento à aplicação das sanções previstas no artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Artigo 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação". Apresentamos esta proposta em função de relatos de crimes que têm acontecido em estacionamentos de supermercados, por exemplo, incluindo roubo de veículos, furto de objetos e sequestros-relâmpago, que têm sido registrados em estabelecimentos comerciais de Mato Grosso do Sul. Essa é a nossa justificativa. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do vereador Vitor Simon, do município de Cassilândia, e também do Francisco Alves de Araújo, Tiquinho, que é vice-prefeito de Jateí. Obrigado pela presença entre nós. Com a palavra, o nobre deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Muito bom dia, senhor presidente. Trago hoje uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Rudi Fiorese, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), solicitando a realização, com máxima urgência, de serviço de manutenção e reforma da ponte sobre o córrego Taquarussu, localizada na rodovia estadual MS-142, no trecho que interliga o município de Camapuã ao Assentamento Areado e ao município de São Gabriel do Oeste. A presente indicação atende à solicitação do vereador Nilcilei Dog, do município de Camapuã. Conforme informado, a referida ponte encontra-se em condições precárias, apresentando riscos à segurança dos usuários, especialmente produtores rurais, trabalhadores, estudantes e demais cidadãos que dependem diariamente da via para deslocamento, escoamento da produção agrícola e acesso a serviços essenciais. Diante da relevância da demanda e dos riscos relatados, espera-se a adoção

de providências céleres, a fim de resguardar a segurança dos cidadãos e evitar prejuízos à mobilidade e à atividade produtiva da região. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas, público que nos assiste e público presente aqui. Venho hoje, presidente, encaminhar uma indicação desta Casa ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Queiroz, bem como ao secretário de Estado de Administração, senhor Frederico Fellini, reiterando o Protocolo nº 1722/2025, para que sejam adotadas as providências necessárias à realização das próximas convocações do concurso público de provas e títulos da SAD/SED para professores, realizado em 2022, e que permanece vigente até o ano de 2026. As informações que temos aqui são de que o concurso vence agora no mês de junho e há a necessidade de nova convocação e chamada do concurso. Nós temos ainda cerca de setecentos professores aprovados no concurso que precisam ser chamados. Isso se faz necessário com urgência, porque recentemente, com dados do sistema da educação, identificamos que o Estado de Mato Grosso do Sul é um dos estados que têm o menor número de professores efetivos na rede. Cerca de 27% dos professores da rede são efetivos. Então, o governador vem aqui e fala que temos o melhor salário do país para os efetivos, mas isso não reflete o contexto da educação, porque o número de professores efetivos é muito pequeno diante da necessidade do estado. Portanto, faz-se necessário, com urgência, que sejam chamados os aprovados no concurso, pessoas que estão esperando por essa convocação. Isso também é importante porque estamos vendo professores contratados que estão em vaga pura, e não se pode ter professores contratados em vaga pura quando há pessoas na lista de espera para serem chamadas. Então, é necessário chamar imediatamente as pessoas que ainda não foram convocadas no concurso público, mas também abrir um novo concurso ainda neste ano, para que possamos começar a sanar essas dificuldades. Ter concurso e pessoas concursadas significa também saúde para a previdência pública, sendo uma alternativa que o Governo tem para resolver o problema que os aposentados têm trazido aqui a todo momento, que é a questão dos 14%. Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, os aposentados têm vindo aqui falar constantemente dos 14%, acusando o governador de estar pagando contas do estado com o salário dos aposentados; o que não é uma mentira. O Governo começou a cobrar 14% do salário dos aposentados — pessoas que trabalharam neste estado durante muito tempo —, o que não era cobrado antes, para poder sanar situações econômicas do estado, porque a previdência está falida. E a previdência está falida porque não há pessoas efetivas, nem chamadas de concurso público. Ontem, nós fizemos aqui um debate muito importante, que foi sobre o atraso dos consignados. As pessoas, servidores públicos,

pagam, têm o desconto em folha dos consignados, e isso não estava sendo repassado para o banco. Já estou encerrando, deputado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só para registrar, seu tempo acabou, e a senhora não está fazendo uma questão de ordem, está apenas fazendo um comentário. Eu não posso permitir isso.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Já vou encerrar, deputado. E agora nós temos as informações de que não está sendo feito também, em dia, o repasse para os sindicatos e até mesmo para a Cassems. Portanto, a justificativa de ontem aqui, de que havia um problema no sistema, acho que não cola. Então, qual será a próxima? Quais serão os próximos atrasos? Serão atrasos de salários de servidores públicos? Acho que isso é uma questão bastante séria que nós, nesta Assembleia, temos que debater, e ela se faz necessária e urgente, porque o governador do estado está deixando de pagar as contas com os salários dos servidores [sic]. É apropriação indevida do salário dos servidores públicos, porque é descontado da folha dos servidores e não está sendo feito o repasse em dia para o banco, para os sindicatos e — nós estamos sabendo — inclusive, para a Cassems. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada, como a senhora pediu uma questão de ordem — e não fez questão de ordem — eu sou obrigado, em nome da verdade dos fatos, a dizer que a senhora tem que fazer um requerimento ao Banco do Brasil, porque o Banco do Brasil fez um ofício. O Banco do Brasil mandou um ofício para a Assembleia comunicando que não há qualquer atraso. Eu estou com o ofício em mãos. Eu não ia nem tocar nesse assunto, porque não é competência da presidência ficar tratando de problema que não é questão de ordem, mas a senhora fez como questão de ordem e eu vou dar a informação sobre o Banco do Brasil. Então, se a deputada quiser, pode fazer um requerimento ao Banco do Brasil para ele esclarecer. Quem tem que esclarecer é o Banco do Brasil, que informou à Assembleia que não há qualquer atraso. Nós estamos com esse ofício aqui. Se a senhora quiser, eu posso encaminhar para a senhora.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, então acho que nós vamos ter que fazer também um requerimento de informação aos servidores, aos sindicatos e à Cassems, por causa das reivindicações que nós estamos vendo aqui. Quem está nos informando são os servidores e os próprios sindicatos, que estão tendo os seus salários descontados e não está sendo feito o repasse para as entidades. E não estamos falando só do Banco do Brasil, estamos falando de outras entidades que também não tiveram o seu repasse em dia, como é o caso dos sindicatos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Estou dando um dado oficial do Banco do Brasil; não estou trabalhando com especulação. O banco fez um ofício a esta Casa comunicando que não há atraso. Eu só estou informando o que eu tenho de oficial. Em especulação a gente não pode confiar.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Presidente, por gentileza...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Se for pela ordem, sim. Eu não vou fazer debate.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — É para dizer a Vossa Excelência que me estranha muito o posicionamento que Vossa Excelência expressa. Se um deputado ou uma deputada desta Casa não puder trazer para o debate uma questão...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Debate, deputado. Se não é pela ordem... [Trecho inaudível]... a gente discute o Regimento, deputado. Vossa Excelência é deputado de vários...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — [Trecho inaudível]. Pode falar dos problemas do Governo...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pode falar no momento em que for falar, deputado. Vossa Excelência não está fazendo questão de ordem.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — ... são as nossas atribuições.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) —Vamos respeitar o Regimento; questão de ordem é discussão regimental.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — São atribuições dos deputados discutir.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Na hora de discutir. Tem que respeitar o Regimento.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Estamos respeitando.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não estão respeitando. Estão fazendo um debate que tem hora certa, e tem no Regimento previsão de hora certa para discutir.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Vossa Excelência...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu não vou fazer debate, deputado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Não adianta querer escamotear a crise de ordem financeira que o Governo que Vossas Excelências representam vive.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aqui, dentro do Regimento, pode falar o que quiser. Deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, como o tema veio a embate e debate, nós fizemos um requerimento; e convido todos os deputados, inclusive os do PT, para formalizar e obter as respostas contábeis. Esse ofício, na verdade, essa nota — quem leu ontem foi o deputado Caravina — diz que não há atraso, mas não diz o que aconteceu, nem por que houve. Não tem a comprovação, a ordem de pagamento. Então convido, em nome dos servidores públicos do estado, a assinarem conosco esse requerimento, para formalizar e obter as respostas do Governo do Estado. Obrigado, presidente. Apenas para aproveitar o tema e convidar quem quiser assinar. Nós podemos votar isso hoje ou amanhã. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, senhor presidente e nobres pares. Trago aqui, senhor presidente, se o PT deixar...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Coronel David, Vossa Excelência tem direito de usar a palavra.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim, senhor. Obrigado, presidente. Senhor presidente, tenho aqui uma indicação endereçada ao governador Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, a fim de solicitar a viabilização de recursos para a construção de uma ponte de concreto sobre o rio Indaiá, na rodovia MS-229, no trecho que liga o município de Chapadão do Sul à região da Pedra Branca, nas proximidades da antiga escolinha. Esse pedido é oriundo do vereador Raul, da Câmara Municipal de Chapadão do Sul, que em estreito contato com a população local e ciente das carências daquela região, apresentou a este gabinete a urgência de intervenção na rodovia MS-229. Essa indicação se fundamenta nos seguintes pontos críticos: atendimento à demanda municipalista, comprometimento da segurança viária, gargalo logístico e econômico e a necessidade de modernização. Portanto, senhor presidente, é de extrema urgência que o Governo adote providências no sentido de que realmente construa uma ponte de concreto sobre o rio Indaiá, na rodovia MS-229. Somente isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, quero cumprimentar todos que nos prestigiam com a presença nesta Sessão. De modo especial, quero cumprimentar os acadêmicos da Unigran/Campo Grande, que hoje estão visitando a Assembleia Legislativa e estiveram presentes na reunião da

Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR). Agradeço ao professor Menssios Leoni e também ao professor e coordenador João Calvis, que aqui estiveram presentes. Quero cumprimentar também toda a imprensa e aqueles que nos assistem pela TV Assembleia ou nos acompanham pelas mídias digitais. Senhor presidente, faço uso do Pequeno Expediente para apresentar duas indicações. Indico à Mesa Diretora, observadas as normas regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), senhor Alexandre Ribeiro Mota, e ao superintendente estadual substituto da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), senhor Mário Rosa da Silva, solicitando a destinação de recurso para a implantação de rede de águas do lote 01 ao lote 60, no Projeto de Assentamento Uirapuru, no município de Nioaque, visando atender às sessenta famílias dos grupos da Colônia Nova Santa Amélia e parte do grupo Conceição, com as seguintes especificações: o projeto compreende uma extensão de vinte quilômetros de rede, incluindo a perfuração de um poço artesiano no lote 01, com instalação de caixa d'água de vinte mil litros sobre a cota 310,925 m – ponto M01. O sistema deverá operar por gravidade, seguindo o traçado técnico. O pleito encontra justificativa no pedido do vereador Jorge Fernandes Lemes, da Câmara Municipal de Nioaque, encaminhado até o nosso gabinete por meio do Requerimento nº 04/2026. Também, senhor presidente, indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Thiago Rezende Botelho, superintendente do Patrimônio da União em Mato Grosso do Sul, reiterando indicação anterior nº 025/2028/2023, anexa, a fim de solicitar que sejam empreendidos todos os esforços para viabilizar a doação, por parte da União, ao Estado de Mato Grosso do Sul, de uma área militar abandonada, medindo 27.824,30 m², para que seja destinada à construção de moradias populares. A área mencionada encontra-se atualmente sob a custódia da Base Aérea de Campo Grande e frequentemente fica tomada por vegetação devido à sua falta de uso. Ela está localizada no bairro Vila Nasser, entre a avenida São Nicolau e as ruas Lindóia, Luciara e Pocrane, conforme croqui anexado. A área tem gerado diversos inconvenientes devido à sua falta de destinação e ao abandono. Tais problemas têm causado transtornos aos moradores da região, o que inclui incêndios decorrentes da vegetação densa, além de servir como local inadequado para o descarte de lixo e entulho. A presente demanda justifica-se no pedido da Associação dos Moradores do Bairro Santa Luzia, Vila Nasser e Jardim Mota, que estiveram, por meio do representante, "Filho do Padre", diretamente em nosso gabinete, enviando os ofícios que seguem juntos anexo, senhor presidente. Apenas isso.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, público presente e todos que nos acompanham pelas redes sociais, pela TV Alems e pela Rádio Alems. Cumprimento aqui, em especial, o vice-prefeito de Rio Brillhante, Leonardo, e o vereador Rivelino. Em nome deles, cumprimento todos que acompanham a nossa Sessão. Senhor presidente, trago hoje uma única indicação, endereçada ao diretor-presidente da Agesul, Rudi Fiorese, solicitando a execução de reparos nas pontes

localizadas na rodovia MS-320, que liga o município de Paraíso das Águas ao distrito de Pouso Alto, bem como a remoção das lombadas instaladas provisoriamente na via. Esse pedido parte dos vereadores de Paraíso das Águas — Marcos Antônio, Professor Leonardo, José Divino (Fio do Povo) e Donato Rezende —, preocupados com as condições da rodovia MS-320, que necessita de reparos nas pontes. Diante disso, solicito ao presidente da Agesul, Rudi Fiorese, que avalie a situação com a maior brevidade possível. Trata-se de uma via importante, que liga Paraíso das Águas ao distrito de Pouso Alto e apresenta problemas que exigem intervenção urgente. Além dos reparos, foi solicitada também a retirada das lombadas provisórias, que vêm aumentando o risco de acidentes. Assim, encaminho o pedido à Agesul, atendendo à demanda dos vereadores e, principalmente, da população da região. Senhor presidente, por hoje é só.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Jamilson Name: duas indicações (Prot. nºs 00386/2026, 00385/2026). De autoria do deputado Caravina: duas indicações (Prot. nºs 0388/2026, 0387/2026). De autoria do deputado Junior Mochi: três indicações (Prot. nºs 00365/2026, 00364/2026, 00363/2026); dois projetos de lei (Prot. nºs 00372/2026, 00367/2026). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma moção de pesar (Prot. nº 00381/2026). De autoria do deputado Lucas de Lima: um projeto de lei (Prot. nº 00377/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 0384/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 0382/2026); um projeto de lei (Prot. nº 00383/2026). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 00378/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 00379/2026); um projeto de lei (Prot. nº 00380/2026). De autoria do deputado Renato Câmara: cinco moções de congratulação (Prot. nºs 00369/2026, 00368/2026, 00366/2026, 00371/2026, 00370/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: quatro indicações (Prot. nºs 00376/2026, 0375/2026, 00374/2026, 0373/2026). De autoria do deputado Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 00362/2026); três requerimentos (Prot. nºs 00361/2026, 00360/2026, 00359/2026).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, como em instantes precisarei me ausentar para cumprir agenda hoje à tarde, amanhã, sexta e sábado, na região da Grande Dourados, visitando os assentamentos e as comunidades indígenas daquela região importante do nosso estado, quero comunicar a Vossa Excelência que na terça e quarta-feira da semana que vem estarei também ausente da sessão, cumprindo agenda em Brasília. Tenho agenda já marcada com a presidente da Funai, com a ministra Gleisi Hoffmann e com o ministro Wellington Dias, para tratar da problemática das comunidades indígenas urbanizadas. Não sei se Vossa Excelência sabe, mas Campo Grande tem aproximadamente dezoito mil indígenas, muitos deles vivendo em condições bastante precárias, sem que o Governo do Estado, comandado pelo governador Riedel, aponte absolutamente nenhuma política no sentido de assistir essa população. Vou a Brasília buscar, por meio do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, cestas de

alimentos e moradia para que possamos fazer uma política pública que seja capaz de atender às comunidades indígenas urbanizadas. Obrigado, presidente.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, no último dia 4 de fevereiro, logo no início dos nossos trabalhos legislativos, eu fiz uma indicação solicitando ao secretário de Estado de Administração, Frederico Fellini, dois itens importantes que tratam da questão relacionada ao superendividamento dos servidores com relação aos empréstimos consignados. Eu recebi o retorno com as mesmas respostas que já tinha do requerimento anterior, e não foi atendida. Eu quero pedir a permissão, pela ordem, para poder reiterar o requerimento, porque eu solicitei a relação das instituições financeiras atualmente credenciadas e conveniadas junto ao Estado para a concessão de empréstimos consignados, cartões de crédito consignados, cartões de benefícios e operação de antecipação salarial aos servidores públicos, e também a informação dos juros cobrados dos servidores. Isso é importante para se fazer o estudo e apresentar uma alternativa para reduzir o índice de comprometimento dos servidores com relação aos seus salários e aos débitos consignados. Então, estou reiterando a indicação feita no dia 4 de fevereiro, porque a resposta que recebi não atende àquilo que foi formulado e pleiteado junto ao secretário de Administração.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, só para entender, Vossa Excelência fez um requerimento, uma indicação pedindo as informações, e entende que a resposta foi feita, mas ela não foi atendida? Essa resposta veio diretamente a Vossa Excelência ou veio pela Casa? Se o senhor puder nos enviar oficialmente, a Casa poderá fazer um comunicado sobre o não atendimento daquilo que foi pedido oficialmente, e nós encaminharemos ao Governo.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, vou fazer à Casa o mesmo pleito já formulado no último dia 4 de fevereiro, cuja resposta apresentada contém dados que eu já tinha desde o final do ano passado. Não é isso que nós queríamos saber.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Zé Teixeira. Vossa Excelência dispõe de vinte minutos.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, público que nos assiste. Senhor presidente, Vossa Excelência, usando o Regimento, disse com propriedade que o lugar do debate é a tribuna, para discutir assuntos pertinentes. Ontem acompanhei o que foi protocolado aqui na Casa: um requerimento solicitando esclarecimentos do Governo do Estado sobre o que vem sendo debatido na Assembleia, especialmente quanto aos repasses sindicais. Quando o salário

do servidor é pago, aqueles que optam por contribuir com o sindicato têm o valor descontado em folha e repassado às entidades. Diante disso, considerando a relevância do tema, pergunto a Vossa Excelência: esse requerimento será votado hoje?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não, deputado. Na pauta de hoje, não.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Bom, eu gostaria — não sei quem apresentou — que, o mais rápido isso possa se desfazer esse mal-entendido; seria melhor, no meu ponto de vista, aprovar esse requerimento, para que a gente possa oficializar o que o Governo está nos passando. Então, eu quero ler aqui o que recebi agora do secretário Frederico Fellini. “Na presente data, o Estado de Mato Grosso do Sul não está em débito com nenhum sindicato, nenhuma instituição bancária. O ocorrido no sábado, que foi o bloqueio do valor da conta do servidor que tinha um empréstimo consignado, foi um erro do Banco do Brasil, que foi solucionado no mesmo sábado. Segue a nota do Banco do Brasil.” O Governo está dizendo que não deve nada de consignado e muito menos deve a sindicato. Aí, não contente, eu liguei para o presidente da Cassems. Ele me respondeu aqui — se não for verdade, a informação é dele. “Os repasses do Estado para a Cassems estão regulares, em dia”. O presidente da Cassems sabe que o dinheiro está na conta, certinho... Então, se Vossa Excelência concordar e tiver previsão regimental, vamos aprovar esse requerimento para que a gente receba urgentemente as informações. Porque, quando você está em um estado organizado, arrumado, como é o Estado de Mato Grosso do Sul, muito bem administrado — e a gente acompanha isso aqui passo a passo — e ouve, dentro do Plenário de uma Casa, que o estado está “quebrado”, isso é uma coisa muito grave até para a sociedade. Não procede o que estão dizendo, gritando, que o estado está quebrado. Ou o secretário Fellini está mentindo — escreveu aqui que não deve para sindicato, nem Banco do Brasil, que foi um erro do Banco do Brasil e foi solucionado no sábado —, ou o Ayache, presidente da Cassems, estaria faltando com a verdade, pois ele escreveu aqui e assinou que o repasse do Governo do Estado para a Cassems está em dia. E eu liguei na Secretaria de Estado de Fazenda e falei com o secretário; ele me respondeu que o Fellini iria entrar em contato. Entrou em contato...

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Permite-me um aparte, deputado?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — ... e eu não estou aqui fazendo a defesa do Governo, mas estou buscando a verdade, porque é muito triste ver um estado crescendo e se desenvolvendo — Mato Grosso do Sul é o estado que mais cresceu na Federação, 13% do PIB, com exportações, desenvolvimento, crescimento, o estado que mais emprega — e ter que ouvir que o estado está quebrado. Isso é muito triste. Isso desanima o empresariado que quer vir para cá investir, porque ninguém vai investir em um estado quebrado. Isso é muito grave. Tem que ser esclarecido e ser confirmada a verdade. E as pessoas — que me desculpem os meus colegas parlamentares — têm que se retratar, porque não procede e não é verdade, baseado nas respostas que estamos recebendo aqui,

tanto da Cassems, como do secretário Fellini, que dizem que Mato Grosso do Sul não está devendo nada para ninguém e que os pagamentos estão em dia.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Vossa Excelência permite-me um aparte?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Com o maior prazer.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Meu querido deputado Zé Teixeira, Mato Grosso do Sul vai muito bem — obrigado — para o latifúndio, para fazendeiros, para os grandes grupos econômicos que vêm aqui com todo tipo de benefício e isenção fiscal. Para esses segmentos está muito bem, obrigado. Acabei de fazer um comunicado a Sua Excelência, presidente da Casa, de que vou a Brasília na semana que vem tratar com alguns ministros — Gleisi, Boulos e Wellington Dias — de algo que possa amenizar o sofrimento das comunidades indígenas, que vivem absolutamente abandonadas. Para Vossa Excelência ter uma ideia, Campo Grande, a nossa capital, tem oito mil indígenas em situação de dificuldade para sobrevivência; estão urbanizados, mas vivendo precariamente; a sua querida Dourados provavelmente tem outro tanto além desses, que fugiram para a cidade na expectativa de amenizar o sofrimento daqueles que continuam resistindo em suas comunidades de origem também. O Estado hoje não tem nenhuma política pública para amenizar o sofrimento, não tem nenhuma política pública para incentivar a produção das chamadas "famílias da agricultura familiar", compreendendo os indígenas, as comunidades quilombolas, os assentados da reforma agrária, do crédito fundiário e os pequenos proprietários, como os chacareiros, sitianteiros, etc. Portanto, permita-me solicitar o aparte a Vossa Excelência para, com todo respeito que tenho por Vossa Excelência, fazer um contraponto. O estado vai bem para os grandes, para os latifundiários, para a "fazendeirada" que recebe, como nunca recebeu, recursos do Governo Lula, para poder crescer. Vai muito bem, obrigado. Vão muito bem, obrigado, os grandes grupos econômicos que estão implantando o chamado "deserto verde" na costa leste do estado, acabando com a água, acabando com a fauna, acabando com a vida das pequenas comunidades; isso é motivo de uma audiência pública que vou promover nesta Casa pela Comissão de Desenvolvimento Agrário, Assuntos Indígenas e Quilombolas, que eu presido, para fazer um grande debate. Obrigado pelo aparte que Vossa Excelência me concedeu.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) - Deputado Zeca do PT, meu querido ex-governador e colega, quero dar-lhe os parabéns. Vossa Excelência realmente tem que correr atrás desse tal "Bolos", e vamos ver se tem um "glacezinho" em cima da Gleisi Hoffmann, porque quem responde pela comunidade indígena no Brasil é a famigerada Funai, que está falida, sem orçamento do seu Governo. Hoje, o índio é tutelado pelo Governo, não tem liberdade plena para produzir e é manipulado para votar na esquerda. No dia em que libertarem o índio e investirem... Ontem, eu comprei, do meu próprio bolso, uma bomba compressora para o trator de uma reserva indígena em Dourados, porque não há recursos na Funai sequer para manutenção básica. Falta semente, falta estrutura, e muitos vivem miseravelmente de cesta básica. Vossa Excelência, meu colega, assim como eu, é "fazendeirão", lá de Dois Irmãos do Buriti. Essa "fazendeirada" é que gera o PIB do Brasil e

de Mato Grosso do Sul. É ela que gera emprego ao borracheiro, à fábrica de máquinas; é o setor que mais emprega agregados. Se tirar o produtor rural, aí sim o índio vai passar fome, porque não terá mais nós para pagar 40% de imposto para um Governo que tem uma Funai falida e que não dá um tostão para os índios. Então, com todo respeito que tenho por Vossa Excelência, reafirmo: parabéns pela iniciativa. Fale com o Boulos e a Gleisi, fale com o ministro responsável pela Funai, fale com o ministro da Agricultura, para que esses índios, que são cidadãos como todos nós, sejam incluídos no setor produtivo, com acesso a maquinário e condições reais de trabalho. E, quanto à reforma agrária, também faço um alerta: hoje temos um escritório do Incra aqui, e leva-se até quatro meses para emitir um documento básico, como o CCU, necessário para que a pessoa consiga financiamento. É tanta burocracia que nem o governo do PT atende os assentados. Sem o CCU, não se faz cadastro, não se acessa crédito, não se vende produção, não se faz nada. Por isso, faço um apelo a Vossa Excelência: vá ao Incra, converse com meu amigo Paulinho, mobilize uma equipe. Se for preciso, que a Assembleia ceda pessoal para agilizar esses processos, porque sem o CCU as pessoas não conseguem trabalhar. Eu mesmo já estou há quatro meses aguardando um CCU, com toda a documentação entregue. Faz quatro meses que estou pedindo um. Já mandei todos os documentos lá de Ivinhema, de Amandina, e até ontem não consegui a liberação. Então eu quero dar-lhe os parabéns, e que Vossa Excelência, ao ir a Brasília, leve o meu apoio, fale com o Boulos e com a Gleisi, ajude os índios, porque o responsável pelos índios é o Governo Federal, já que os índios são tutelados por eles. O índio usa a terra da União. O índio, no Brasil, não é brasileiro no sentido pleno, porque não tem direito de ser proprietário, não tem direito de trabalhar, não tem direito de crescer, não tem direito de comprar um carro. Lá em Dourados tem uma extensão da universidade, da Unigran, para articular a formação do índio como enfermeiro, advogado, contador. É isso que o índio quer, é isso que o índio precisa; mas ele é manipulado. É uma massa de manobra usada para invadir propriedade. Ontem, o ministro Dino fez um favor muito grande ao setor produtivo. A irresponsabilidade de um ministro comunista — e não sou eu quem está dizendo isso, quem disse foi o seu presidente, que afirmou que colocaria um ministro comunista no Brasil. Ele falou, e eu tenho gravado. Quem falou foi o presidente, que pela primeira vez colocaria um ministro comunista no Brasil, e colocou. Ontem, ele anulou dois mil e novecentos Cadastros Ambientais Rurais (CAR) do setor produtivo no Brasil — dizendo que a terra está sobreposta à área indígena — de quem veio para cá, como eu vim há sessenta anos, que recebeu um título do Estado, que registrou em cartório, tem escritura e está lá trabalhando... Aí vêm as massas de manobra da esquerda para fazer os índios invadirem [sic]; ficam queimando máquinas, matando gado, queimando casas... Foi isso que Vossas Excelências viram na semana passada. Uma professora universitária, Veron, que levou os índios lá. Foi o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) que pagou a condução para levar os índios para invadir, para queimar casas e queimar trator. Foi isso que Vossas Excelências viram. Esse Brasil que Vossa Excelência quer não é o Brasil que os brasileiros querem. O Brasil quer que todos cumpram a lei perante Deus e perante a Constituição. O Brasil quer que o seu direito não ultrapasse o meu. Então, deputado, eu quero dar os parabéns a Vossa Excelência. Mas eu gostaria, presidente, no calor do debate, que Vossa Excelência arrumasse uma brechinha na lei. Vamos aprovar esse requerimento hoje. Vamos pedir explicações hoje. E, se estiver tudo pago, vamos pedir aqui o direito de

resposta [sic] de quem está falando que Mato Grosso do Sul está quebrado. Eu peço a Vossa Excelência, com todo respeito.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Concede-me um aparte, nobre deputado?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Com o maior prazer, deputada. Aqui o debate é claro.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Que bom, deputado. Fico feliz. Muito obrigada. Primeiro, deputado, sobre essa questão do salário dos servidores, que foi uma provocação que eu fiz, eu acho que a gente precisa pedir um extrato do Governo com as datas de pagamento. De fato, ele está pagando, mas está pagando com atraso. Ele desconta do servidor no início do mês e paga lá no meio ou no final do mês. É disso que nós estamos falando aqui. Tanto isso é verdade que discutimos aqui ontem, quando o banco e o governador falaram que houve um problema no “Sis Riedel”, que é o sistema Riedel de informação de pagamento, e que talvez tenha atrasado. Mas eu quero aqui que o governador apresente para nós os extratos com as datas dos pagamentos. Isso se faz necessário, porque, como servidores públicos e como servidora pública, precisamos dessas informações, dessa transparência, e inclusive saber os riscos que estamos correndo. Porque, com esses atrasos todos, a gente corre risco. Será que daqui a pouco também vai haver salário atrasado? Sobre os indígenas, eu gostaria de dizer que a gente não pode subestimar a inteligência de um povo inteiro que temos no país. Não dá para dizer aqui que os indígenas são manipuláveis, porque, se afirmarmos isso, estaremos dizendo que eles não têm capacidade de pensar, de ter inteligência, de tomar decisões por si próprios. Agora, o que nós temos é uma população que sofre, que sabe das necessidades que tem e que sabe qual é o governo que sempre deu atenção para as necessidades dos povos indígenas. Isso eles vivem no dia a dia e por isso eles sabem também qual governo eles devem escolher. Agora tem uma outra questão também que é um equívoco total que nós temos aqui em nossos debates na Assembleia Legislativa: dizer que indígena é tutelado pelo Governo Federal e que a responsabilidade de atender os indígenas é inteiramente do Governo Federal. Isso está completamente equivocado. Nós temos escolas municipais e estaduais dentro das aldeias, ou seja, as políticas que são necessárias do Estado e do Município devem ser atendidas pelo próprio Estado e pelo Município. Então, a gente precisa melhorar essa discussão, essa compreensão, para que não se cometa equívocos aqui. E eu reforço, então, que, se nós vamos apresentar hoje, vamos apresentar e solicitar o extrato de pagamento do Governo do Estado com todas as entidades. Vamos colocar todas as entidades sindicais, a Ageprev — que eu quero saber também se está sendo feito repasse para a Ageprev —, para o banco e para a Cassems. Nós queremos aqui todos os extratos. Obrigada.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Concede-me um aparte?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Só um minutinho. Vossa Excelência, quando fala dos índios, eu até dou razão em parte. Antes de Vossa Excelência nascer, lá

em Douradina estava morrendo gente de malária, de picada de cobra, quando o ex-presidente Getúlio Vargas deu as terras. Mas, para Vossa Excelência é fácil, porque eles invadem a terra de quem está produzindo e vão fincar uma cruz dizendo que aquilo é terra indígena. A senhora desconsidera a Constituição Brasileira que Getúlio Vargas fez, destinando cerca de trezentos e sessenta mil hectares, sendo doze em propriedades de trinta mil hectares, doadas para nordestinos, mineiros, baianos, que vieram para cá em 1940, sem estrada, sem ponte, sem saúde e sem médico. Lá morreram muitas pessoas e lá estão hoje seus descendentes. Mas, para a senhora, é fácil, porque a senhora vai lá e finca uma cruz dizendo que a terra é indígena, uma terra que Getúlio Vargas deu constitucionalmente. Pode ser muito fácil ouvir isso de Vossa Excelência, mas para mim não é. Dizer que a professora Veron não foi lá na invasão da Guyraroká... Diga para mim que ela não foi... Ela é licenciada é da Universidade Federal. Licença para quê? Para ajudar a invadir terra? Para ajudar a depredar, queimar o trator do produtor, matar os animais, queimar o curral! Aquela área é vizinha da minha fazenda, e de lá eu vi o fogo queimando tudo. Então, para Vossa Excelência é fácil. Vossa Excelência não fala da Constituição, mas fala do setor indígena. E eu não quero dizer que o índio seja coitado, não. O índio é brasileiro tanto quanto nós. O que ele é, muitas vezes, é manipulado. Basta ir às reservas indígenas e ver os resultados das votações para entender; e eles passam fome. No entanto, lá no [Trecho Inaudível], o Bolsonaro promoveu parceria entre produtores e indígenas, e lá eles vivem com dignidade, trabalhando: índio piloto de avião, índio operador de máquina, índio formado em Agronomia; isso porque eles têm liberdade para produzir e aprendem com quem trabalha e produz, a "fazendeirada", como alguns dizem, que paga 40% de imposto; paga imposto sobre o diesel, um absurdo, e na hora de vender o produto, muitas vezes não tem direito ao crédito. Isso é uma vergonha em um país em que deveríamos ter direito ao crédito de tudo o que compramos para produzir, na segunda etapa da operação produtiva. Agora o Governo quer taxar as colhedeiras, quer cobrar imposto de computador, quer cobrar imposto desse iPhone. Eu vou lá comprar, e seis mil e quinhentos reais vão para a loja, e quatro mil e quinhentos vão para o Governo. Quase metade do preço do iPhone vai para o seu Governo.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Deputado Zé Teixeira, embora o tempo seja curto, quero dizer que estou há vinte anos nesta Casa, em meu quarto mandato, e todos eles compartilhei com o senhor. E, em todo esse tempo, eu não vi um discurso na tribuna tão eloquente como o que o senhor está fazendo hoje. É um discurso que vem do coração, de quem conhece, de quem lutou, de quem chegou neste estado há mais de cinquenta anos, ajudou na construção do estado por meio do seu trabalho e da sua dedicação como produtor que orgulha o setor em Mato Grosso do Sul. Portanto, eu venho aqui hoje apenas para realçar e concordar com quase tudo o que o senhor colocou. Não dá para concordar com essa divisão, essa disputa entre produtor de um lado e assentado de outro. Não! Todos são produtores. Não importa o tamanho — se é dez, vinte, cinquenta ou mil —, todos merecem valorização pelo que produzem e pelo trabalho a que se dedicam para sustentar suas famílias, fruto do esforço de suas próprias mãos. Por isso, parabênizo o senhor pelo seu pronunciamento e pela eloquência com que trouxe os dados. Eu, que o conheço há tanto tempo e com quem compartilhei tantas experiências, fico feliz em vê-lo

hoje nesta tribuna, defendendo aquilo em que acredita e aquilo que sua trajetória de vida trouxe para todos nós aqui no Parlamento Estadual e para a sociedade sul-mato-grossense.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Concede-me um aparte?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Um minuto para concluir, deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Concede-me um aparte?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não há mais espaço para aparte, deputado, senão ultrapassa o limite do Regimento.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Vou falar pela liderança, então.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Vou incorporar o pronunciamento de Vossa Excelência e encerrar dizendo o seguinte: fico triste quando vejo um produtor rural como meu amigo Zeca do PT, fazendeiro forte lá na minha região, vivendo de bezerro de primeira, com boa produção, falar “fazendeirada” de forma pejorativa. Gente, para quem trabalha no campo, não importa o tamanho. Quem produz alface é produtor, está alimentando o povo. São produtores rurais, não é “fazendeirada”, não. É produtor rural e produtora rural, que trabalham pagando uma taxa Selic de 15%. Você produz sessenta sacos de soja — quando Deus ajuda que vem a chuva no tempo certo e o sol no tempo certo — e metade da produção tem que entregar para o banco e para o governo. E nós escutarmos, no Plenário da Assembleia a expressão “fazendeirada”! Não é, não! É produtor rural. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Reinaldo Pecini; do senhor José Odair dos Santos, o Cascatinha, ambos vereadores de Itaporã; do senhor Leonardo Costa, vice-prefeito de Rio Brilhante; e de Rivelino Gonzales do Nascimento, vereador do município de Rio Brilhante. Muito obrigado pela presença.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Senhor presidente, usando a prerrogativa da liderança, eu queria tornar público um ofício que nós acabamos de receber do escritório do setor público do Banco do Brasil, endereçado ao secretário de Estado de Fazenda, Flávio César. Data do ofício: 4 de março de 2026, portanto hoje. Vejam o que está

colocado neste ofício, para que possamos esclarecer com transparência para todos os servidores públicos e para a opinião pública de Mato Grosso do Sul. Porque, enquanto parte desta Assembleia, infelizmente, faz proselitismo político, com a aproximação das eleições, cumpre a nós restabelecermos a verdade. Diz aqui o gerente-geral da agência: “Senhor secretário, em atenção à solicitação desta secretaria, informamos que, em 28 de fevereiro de 2026, foi identificada uma ocorrência operacional pontual no processamento das informações do convênio de consignação em folha, a qual recebeu tratamento imediato pelas equipes técnicas responsáveis. Dessa forma, eventual divergência percebida temporariamente por alguns servidores” — e aqui sublinha-se — “não decorreu de ausência de repasse ou de qualquer irregularidade no convênio, mas de uma situação operacional já regularizada, sem prejuízo a qualquer das partes envolvidas.” Veja que o Banco do Brasil tem fé pública. Ele está dizendo de maneira cabal aqui: não houve problema de repasse, o Governo do Estado não atrasou o repasse; o problema foi do Banco do Brasil. “Declaramos ainda que os repasses das consignações em folha permanecem regulares” — sublinha-se — “regulares, sem qualquer pendência ou atraso por parte do Estado até a presente data, assim como a sua operacionalização pelo Banco do Brasil”. Senhor presidente, está esclarecida essa questão. O problema foi do Banco do Brasil, que já se responsabilizou. Agora eu lamento que parte de alguns deputados, querendo fazer antecipação de campanha política — deputados que até outrora votaram a favor de projetos importantes pensando no estado —, estejam buscando uma agenda eleitoral. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só para registrar, esse ofício foi lido ontem também pelo deputado Caravina. Então, está reiteradamente apresentado. Está encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o senhor segundo-secretário se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um senhores deputados e deputadas presentes. Portanto, há quórum para deliberação das matérias.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para a deliberação iniciaremos a Ordem do Dia. Pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Quero cumprimentar Vossa Excelência e os nobres pares. Senhor presidente, vou apenas colocar sobre a Mesa uma moção de pesar pelo jornalista Celso Bejarano Júnior, falecido na madrugada deste dia. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só para registro: a solicitação é do deputado João Henrique — ele não está presente —, o requerimento é de autoria dele, e está previsto para a pauta de amanhã. Portanto, a solicitação feita é que para que esse ofício que foi citado aqui, a respeito do consignado, esteja na pauta de amanhã. Em redação

final. Projeto de Lei nº 146/2025. Autor: deputado Marcio Fernandes. "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul o “Brasileirão de Laço Comprido” e o “Encontro de Laço Comprido do CLC”, a serem realizados anualmente no mês de junho, no Parque do Peão CLC, em Campo Grande, e dá outras providências". A redação final elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Enquanto os colegas votam, senhor presidente, vou fazer uma sugestão a Vossa Excelência, como nosso líder e presidente da Casa: sugira ao Governo do Estado que publique na televisão essa carta do Banco do Brasil, dizendo que não deve nada, porque eu continuo recebendo diariamente centenas de mensagens de funcionários públicos preocupados com descontos que estão sendo realizados. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vou responder a Vossa Excelência. Não vou dar essa sugestão, porque isso tem custo, e o Governo tem obrigação de publicar os seus extratos e suas contas de acordo com o que manda a lei. Nós não vamos, a cada questionamento, publicar na televisão; senão, vamos ficar só indo à televisão. Período eleitoral é bom por muitas coisas e, às vezes, quando as eleições se aproximam, começam a acirrar as coisas; isso acontece. Isso faz parte da democracia. Estamos em votação, senhores deputados.

Projeto de Lei nº 00146/2025, de autoria do deputado Marcio Fernandes.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulto o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Em redação final. Projeto de Lei nº 271/2024. Autora: deputada Gleice Jane. "Institui ações de combate ao racismo religioso contra comunidades negras e indígenas, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul". A redação final foi elaborada pela

Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Quero registrar e agradecer a presença da senhora Tereza Moreira, presidente da Câmara Municipal de Jardim. Obrigado pela presença. Também registramos a presença do senhor Edmilson Prates, vereador do município de Deodápolis; de Marilza Bambil, vereadora do município de Jardim; e do senhor Carlos Lima Neto, presidente da Câmara Municipal de Deodápolis. Muito obrigado pela presença aqui na Assembleia Legislativa. Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, enquanto aguardamos a conclusão da votação, quero dizer a Vossa Excelência que, na segunda-feira, lançamos um programa de agroindustrialização para a agricultura familiar, com a presença de duzentas e sessenta lideranças de assentados, quilombolas e comunidades indígenas. A agroindustrialização contempla cinco segmentos, senhor presidente: frutas, mel, leite, panificação e mandioca. O objetivo é agregar valor e gerar renda. Agora, esses recursos já estão disponibilizados: cinco milhões de reais destinados pelo deputado Vander Loubet, já liberados; cinco milhões destinados pela deputada Camila Jara, já liberados; e cinco milhões destinados pela senadora Soraya Thronicke, também já liberados. É necessário, senhor presidente — e imploro o apoio de Vossa Excelência —, que nós convençamos, motivemos e sensibilizemos o Governo para regulamentar a lei da certificação aprovada por esta Casa. Nós aprovamos a lei, fruto de um ano de negociação com o Governo do Estado, e agora a lagro — a mando do latifúndio, da Famasul — não quer regulamentar. Vai ficar nisso? É fundamental que se tenha o selo. Eu apresentei um projeto para criar o MS-Trifásico, substituindo as linhas monofásicas que não permitem a agroindustrialização, e existe um compromisso do Governo nesse sentido. Portanto, imploro o apoio, a liderança e o peso político de Vossa Excelência para sensibilizar o Governo. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — OK, deputado.

Projeto de Lei nº 00271/2024, de autoria da deputada Gleice Jane.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 3. Retirado de pauta. O requerimento do deputado João Henrique estará na pauta de amanhã. Item 4. Em discussão única e votação simbólica: dois requerimentos, trinta indicações e onze moções de congratulações. Em discussão... Encerrada a discussão. Não havendo oposição, dou-os por aprovados. Item 5. Moção de pesar, apresentada pelo deputado Jamilson Name, em razão do falecimento do senhor

Milton Figueredo. Em votação. Não havendo oposição, dou-a por aprovada. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Não há mais oradores inscritos nas Explicações Pessoais. Solicito aos senhores deputados que, em razão de a CCJR já ter adiantado os projetos que foram votados, as comissões de mérito precisam votar para que tenhamos a pauta restabelecida. Vários projetos já foram votados na semana passada e nesta semana precisamos dos pareceres das comissões para continuar a votação. Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, o Governo do Estado tem uma subsecretária para a questão indígena, mas, infelizmente não existe nenhuma política no sentido de atender à demanda dessa comunidade. Portanto, urge a agenda que vou cumprir em Brasília, com lideranças e com ministros, para buscar apoio. Assim, como não houve manifestação de Vossa Excelência, sinto-me autorizado pela Mesa para poder cumprir a minha agenda na semana que vem em Brasília. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como é de praxe desta presidência, nós apoiamos todas as ações que trazem resultado, não importa a corrente política defendida; nós queremos defender a população de Mato Grosso do Sul. Registramos e agradecemos a presença do senhor Manoel Faustino, vereador do município de Itaporã; dos senhores André Ricardo Rick e Regivan Moraes da Silva, vereadores do município de Naviraí; de Paulo Henrique Machado, o PH, vereador do município de Itaporã. Obrigado pela presença aqui na Casa da Democracia.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, só para justificar. O senhor falou sobre os pareceres, e eu queria fazer um relato sobre um deles, que está comigo. Eu estou para fazer o parecer da relatoria das câmeras, da lei que diz respeito às câmeras em sala de aula. No ano passado, eu pedi um prazo estendido para fazer todo o debate nas escolas, visitei quase trinta escolas, fizemos um bom debate, e o parecer está pronto. Eu só estou aguardando o Secretário de Estado de Educação, porque eu quero repassar para ele — tendo em vista que o projeto vem do Governo — para podermos construir isso junto com a Secretaria de Estado de Educação. Então, a minha parte já está pronta; só estou aguardando o secretário. Eu sei que tem escola solicitando, os colegas sendo pautados, então só quero passar esse informe aqui. Em breve o relatório virá ao Plenário. Obrigada!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro – PP) — Agradeço o empenho e colaboração de Vossa Excelência. Quero registrar e agradecer, em nome dos deputados Zé Teixeira, Coronel David e da Assembleia Legislativa, a presença do prefeito Thiago Carbonari, de Itaporã, com toda a equipe de Itaporã aqui presente. Obrigado pela presença. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente sessão. Está encerrada. Obrigado a todos (11h16min).